

Processadas por aborto: mulheres são denunciadas por médicos e familiares

Uma mulher grávida sai de casa no Rio de Janeiro, toma um ônibus rumo a uma clínica de aborto e não volta. Um casal é preso ao lançar um bebê prematuro -após uma tentativa frustrada de aborto- em um córrego, no interior de São Paulo. Gestantes tomam medicamentos abortivos, sofrem hemorragia e são denunciadas ilegalmente ao chegarem em hospitais.

[\(Universa, 13/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Universa teve acesso exclusivo a detalhes dessas histórias a partir do registro de 85 processos criminais por aborto no país. Os dados foram obtidos no Banco Nacional de Mandados de Prisão, o BNMP, e correspondem a processos registrados entre 2012 e 2017. O número não representa todos os casos em curso na Justiça brasileira, mas, a partir deles, é possível observar que pessoas são processadas por interromper ou participar da interrupção de uma gestação no Brasil.

No Brasil, o aborto é permitido apenas em três situações: quando a gestação resulta de um estupro, em caso de risco de vida para a mãe e quando o feto é anencéfalo. Nos demais casos, pode dar cadeia. A mulher que realiza o próprio aborto pode ser condenada a até três anos em regime fechado. Já quem realiza o procedimento com o consentimento da gestante tem pena máxima de quatro anos.

Entre os casos encontrados pela reportagem, São Paulo e Rio de Janeiro registram os maiores números. No estado paulista, são 37 casos. No Rio, 15.

Medo da denúncia

Um dos casos registrados foi o de Anikécia Lima de Paiva, que, junto com o companheiro, José Luiz Gonçalves, teve prisão decretada por provocar um aborto em uma mulher de 28 anos no Rio de Janeiro. Em 2017, Anikécia transportou Carolina de Souza Carneiro até uma clínica de aborto em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. O procedimento teve complicações que levaram à morte da moça. E o casal foi acusado por prática de aborto, seguido de morte e ocultação do cadáver.

Em um outro caso registrado na Justiça, Delza Aparecida foi condenada a sete anos de prisão, por oferecer remédios abortivos a um casal em Bauru, no interior de São Paulo, em 2006. A interrupção, porém, não deu certo. Na ocasião, a mãe e o pai foram presos por lançar o bebê prematuro em um córrego. Apesar das circunstâncias, a criança sobreviveu.

Segundo a defensora pública Paula Sant'Anna Machado, do núcleo de proteção ao direito das mulheres da Defensoria Pública de São Paulo, clínicas e facilitadores de aborto clandestinos são buscados por mulheres que têm medo de sofrerem denúncia ao fazer um aborto. "Mulheres que não têm dinheiro sabem que há risco de saírem algemadas do hospital após terem complicações por fazer o aborto sozinhas", explica Paula.

Em 2017, a Defensoria Pública de São Paulo pediu habeas corpus para interromper processos por aborto contra 30 mulheres somente no estado de São Paulo —56% delas já tinham um ou

mais filhos. A maioria foi denunciada por agentes de saúde ao dar entrada em hospitais após o aborto. Esse tipo de delação é proibido pelas entidades médicas. Outras mulheres foram denunciadas por testemunhas ou familiares.

“No levantamento, descobrimos que foram estipuladas fianças que variavam de R\$ 700 a R\$ 3.000, que são valores altos para elas”, diz a defensora.

Presa em flagrante

Alguns casos encontrados por Universa no Banco Nacional de Mandados de Prisão se encaixam nesse perfil. Casos como o de Francisca*, nascida em Aiuba, no Ceará, morava em um barraco, na beira de uma rodovia, na zona oeste paulistana.

No dia 7 de dezembro de 2010, Francisca, então com 20 semanas de gestação, ingeriu um remédio abortivo, e uma testemunha ligou para a polícia para relatar o fato. Dentro do barraco, ela assumiu o aborto e indicou aos policiais onde estava o feto. Os policiais a prenderam em flagrante. Durante o processo, o juiz atendeu ao pedido da defesa e determinou que ela respondesse ao processo em liberdade.

Outro caso registrado como processo criminal por aborto foi o de Margarete, moradora da periferia de Itapevi, na Grande São Paulo.

Margarete estava grávida pela quinta vez e não tinha condições financeiras para criar mais um filho, explica o advogado de defesa do caso. Para evitar a gravidez, a empregada doméstica ingeriu medicamento que provoca aborto e sofreu uma hemorragia. No hospital, foi denunciada por um agente de saúde.

A Justiça decretou a prisão preventiva de Margarete. E a defensoria pública paulista entrou no caso e acionou um escritório de advocacia para defendê-la.

“Nós argumentamos que seria mais uma criança no mundo para sofrer. Ela se viu sem saída e, aí, cometeu o ato”, explica o advogado Marcus Borges.

Neste caso, a defesa também argumentou que os agentes de saúde quebraram o sigilo médico. Segundo o Conselho Regional de Medicina, os médicos não podem denunciar casos de abortamento —intencionais ou não. Eles podem ser advertidos, ter o registro de trabalho suspenso por tempo limitado ou ter a permissão para trabalhar revogada.

Aborto foi tema de discussão

No ano passado, a descriminalização do aborto foi tema de uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal. Na ocasião, o Ministério da Saúde calculou que, entre 2008 e 2017, o SUS gastou R\$ 486 milhões para tratar de mulheres que tiveram complicação por aborto feitos de maneira intencional.

Segundo a Defensoria Pública de São Paulo, de 30 processos criminais por aborto abertos em 2017, apenas 7 foram trancados pela Justiça após os pedidos de habeas corpus. “Enquanto o direito reprodutivo da mulher não for reconhecido como um direito individual e enquanto o Estado controlar o corpo da mulher, vamos continuar a encarar a morte de mulheres”, diz a defensora pública.

* Nome usado para preservar a identidade da indiciada.

Por Marcos Candido e Judite Cypreste

Grávida, ela teve hemorragia e foi presa no hospital, acusada de aborto

Em 2014, a paciente S. deu entrada com fortes dores em um hospital em Marília, interior de São Paulo. Ela estava grávida e foi atendida pelos médicos. Horas depois, saiu presa em flagrante sob acusação de ter feito um aborto.

(Univesa, 29/08/2019 - acesse no site de origem)

De lá para cá, foram anos em busca de uma indenização pelo constrangimento. A paciente não quis dar entrevista para Univesa, mas a reportagem teve acesso às idas e vindas do processo que envolveu Ministério Público e a Justiça de São Paulo. Na última segunda (19), ela venceu a ação de danos morais contra o hospital. A Justiça ordenou pagamento de uma indenização de R\$ 5 mil.

Ela chegou na emergência com dores, febre e taquicardia, de acordo com o processo obtido por Univesa. Os médicos, então, desconfiaram que a paciente tinha ingerido medicamentos para provocar o aborto.

Além de perder filho., S. foi presa em flagrante por policiais e liberada somente no dia seguinte, por ordem da Justiça. O inquérito policial afirmou que o aborto teve causas espontâneas.

No Brasil, aborto é crime de acordo com código penal. A mulher que faz isso propositalmente pode ser presa por até três anos. O profissional que for conivente ou ajudá-la a praticar, pode ser preso por até quatro anos. A interrupção da gestação é permitida somente em casos de risco à vida da mãe, estupro e de fetos anencéfalos.

Arquiva, desarquiva

O Ministério Público pediu arquivamento do processo de S. em 2015, após concluir que as investigações não constataram crime.

A defesa pediu que o caso fosse reaberto em 2017, e a vítima fosse ressarcida por ter sido divulgada como uma "criminosa". Os advogados tentaram processar os médicos, mas a ação não foi aceita pela Justiça. Atendendo a um pedido da defesa, o caso foi reaberto novamente.

Só na última segunda (19), cinco anos depois do ocorrido, os desembargadores da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo concluíram que o caso necessitaria de uma reparação financeira.

O desembargador Maurício Fiorito avaliou uma quebra de sigilo entre o médico e a paciente neste caso. O magistrado destacou que o Código de Ética Médica veda a divulgação de informações privadas do paciente que possam causar uma investigação suspeita de crime.

“A julgar tão somente pela constatação de quebra de sigilo profissional, entendo ser devida a condenação da autarquia ré ao pagamento de indenização por dano moral”, completou o desembargador

Mesmo vedado, médicos ainda formam maioria de denúncias por aborto

Apesar da decisão, não é incomum que mulheres com complicações na gestação sejam denunciadas por médicos sob suspeita de aborto. Em São Paulo, a maioria das denúncias por aborto é feita pelos próprios profissionais.

Para preservar o segredo médico, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) proíbe denunciar qualquer caso de aborto à polícia. Isso só deve acontecer caso possa proteger terceiros, como uma criança que sofra violência física, ou em casos autorizados pela paciente. O parecer foi reforçado após um médico de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo, acionar policiais para prender uma paciente que abortou intencionalmente em 2015.

O Cremesp não informou se os médicos envolvidos na prisão de S. — um pediatra e uma ginecologista — foram investigados ou punidos. A informação será atualizada assim que a reportagem receber uma resposta da instituição.

(Atualização: em nota, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo informa que os médicos em questão respondem a processos ético-profissionais que tramitam sob sigilo determinado por lei e dentro dos prazos)

Por Marcos Candido

Mulheres de todo o Brasil reúnem-se na 3ª plenária da Frente Pela Legalização do Aborto

Nos dias 14 e 15 de agosto, logo após a Marcha das Margaridas, mulheres de todo o Brasil estiveram reunidas em Brasília na 3ª Plenária Nacional da Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto. Estiveram presentes mais de 200 mulheres, com delegações de praticamente todos os Estados brasileiros, entre jovens, trabalhadoras rurais, indígenas, mulheres urbanas, representantes de centrais sindicais, fazendo desta uma plenária bastante diversa e representativa.

[\(Marcha Mundial das Mulheres, 22/08/2019 – acesse no site de origem\)](#)

Entre os objetivos da plenária estavam a discussão sobre seu papel, seu funcionamento, e também sobre a atualização da plataforma política da Frente. Dessa forma, foram debatidas questões organizativas (como melhorar o funcionamento da frente, quais instâncias ela deve ter etc), mas também questões de conteúdo, com reflexões sobre quais pautas e quais debates devemos fazer para seguir com a luta pela legalização do aborto no Brasil, considerando a atual conjuntura de retrocessos.

Temas com a defesa do SUS, a autonomia das mulheres, o direito à escolha, a construção do 28 de setembro (dia latino-americano e caribenho pela legalização do aborto), entre outros, estiveram presentes durante toda a discussão. O principal desafio, no entanto, foi o de como enraizar esse debate nos estados e trazer mais pessoas para essa luta, de forma que seja uma pauta de toda a esquerda brasileira.

De acordo com Sonia Coelho, da coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres e integrante do grupo impulsor da frente, apesar do cansaço depois da marcha das margaridas, foi de extrema importância a realização da plenária neste momento: “Quando conseguiríamos juntar esse tanto de pessoas, nessa qualidade, nessa diversidade, para fazer esse debate pela legalização do aborto? Conseguimos justamente porque fizemos junto da Marcha das Margaridas, que é uma marcha de mulheres feministas da classe trabalhadora. E é esse público que queremos ter nessa frente”.

Para Soninha, a realização da plenária neste momento também foi importante pois serviu como um fechamento dessa semana de mobilização feminista: “apesar desses limites, como o pouco tempo, foi super importante ter feito essa plenária nesse momento. Porque ela conseguiu concluir essa semana que foi uma semana de ocupação das mulheres em Brasília. Uma semana com uma marcha histórica das indígenas, uma Marcha das Margaridas imensa, muito posicionada contra Bolsonaro, terminando com essa Plenária Nacional da Frente, trazendo a participação de mulheres da classe trabalhadora, das centrais, do movimento feminista, com indígenas, trabalhadoras rurais, coletivos jovens”.

Ao final, o clima entre as mulheres foi de ânimo para voltar aos estados para repassar e discutir os desafios elencados pela plenária nacional, trabalhando assim o maior desafio colocado pelas participantes, o de enraizar a luta pela legalização do aborto no Brasil.

Ministro confirma diretriz da política externa contra conceito de gênero e contra aborto

Deputadas apontam retrocesso no alinhamento do Brasil a países islâmicos em votações sobre direitos da mulher na ONU; Ernesto Araújo diz que política externa segue vontade popular

(Agência Câmara, 07/08/2019 - acesse no site de origem)

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, confirmou que a diretriz da política externa brasileira é contrária ao uso da palavra gênero e disse que quer garantir que a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos no âmbito internacional não inclua o direito ao aborto. Ele participou de debate na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (7).

“Os abortistas tentam colocar o direito ao aborto por meio de decisões judiciais ou por meio da ONU [Organização das Nações Unidas], por que não apresentam um projeto de lei sobre isso? São vocês, deputados, que têm que discutir isso”, disse. “Queremos que fique claro que quando se fala direitos sexuais e reprodutivos não se está falando de aborto”, completou.

As deputadas do Psol que pediram o debate, [Fernanda Melchionna \(PSOL-RS\)](#) e [Talíria Petrone \(PSOL-RJ\)](#), apontaram retrocesso no alinhamento do Brasil a países islâmicos em votações em sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organizações das Nações Unidas (ONU), em Genebra, no final de junho.

O Brasil votou, por exemplo, a favor de uma proposta do governo ditatorial do Egito para suprimir o termo “direito à saúde sexual e reprodutiva” em resolução sobre o casamento forçado de meninas. Além do Brasil, votaram a favor dessa emenda, por exemplo, Somália e Catar. O Brasil é o quarto país do mundo em número de casamentos infantis, segundo ranking elaborado pelo Banco Mundial em 2014.

Nova vaga

Ernesto Araújo alegou que a discussão na ONU foi sobre aspectos conceituais, mas garantiu que o Brasil trabalha pela igualdade entre homens e mulheres e pela saúde de mulheres e meninas. Segundo ele, esses compromissos estão expressos no documento de candidatura a uma nova vaga no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para o período de 2020 – 2022.

Porém, para Fernanda Melchionna, a posição brasileira sobre essas questões não apenas coloca o Brasil ao lado de países com práticas medievais relativas a mulheres, como rompe com tratados internacionais sobre direitos das mulheres e direitos humanos dos últimos 25 anos dos quais o Brasil é signatário.

A deputada disse ainda que chama atenção, no documento de candidatura a uma nova vaga no conselho da ONU, o que não foi escrito: “Nenhuma linha sobre a população LGBT, sendo que o País é o que mais mata essa população no mundo, e sobre tortura, sendo que ainda persistem práticas associadas à tortura”, afirmou.

Vontade popular

Em audiência marcada por muito bate-boca, Ernesto Araújo alegou que as mudanças na política externa seguem os valores expressos pela vontade popular, a partir do projeto aprovado nas eleições democráticas. “Nós votamos de acordo com nossos princípios e, se outros países estão juntos ou não, não vamos nos guiar por isso”, disse, sobre a acusação de alinhamento com países atrasados.

A deputada [Chris Tonietto \(PSL-RJ\)](#) também acredita que o governo se alinha ao que o povo deseja. “O povo nas ruas não tolera ideologia de gênero, não aceita o aborto, isso é uma questão estatística. O Brasil não precisa estar subserviente ao que a ONU deseja”, avaliou. O líder do governo, [Major Vitor Hugo \(PSL-GO\)](#), salientou que o Estado é laico, mas o Brasil é majoritariamente cristão, e que o governo segue a visão da população.

Já a deputada Talíria Petrone defendeu que o Brasil não pode retroceder em direitos da mulher, destacando que a taxa de feminicídios é a quinta maior do mundo e que o País tem um dos piores índices de mortalidade materna do mundo, sendo que quase 100% dessas mortes são evitáveis. “Como o senhor afirma que defende a vida? A vida de quem, senhor ministro, lembrando que 60% das mortes maternas recaem sobre mulheres negras?”, perguntou ao ministro.

Por Lara Haje | Edição: Rachel Librelon

Um ano após debate público, projetos tentam dificultar aborto no Brasil

Ação no STF pedindo descriminalização da prática até a 12ª semana de gravidez está parada desde agosto de 2018

(O Globo, 06/08/2019 - acesse no site de origem)

RIO e BRASÍLIA — Há um ano, o aborto estava na pauta do dia. A interrupção voluntária da gravidez era tema de uma audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir a descriminalização do procedimento até a 12ª semana.

Nela, que ocorreu nos dias 3 e 6 de agosto, representantes de entidades, inclusive religiosas, ativistas e especialistas de diversas áreas participaram com argumentos contra e a favor.

Desde então, ao menos 19 projetos de lei foram protocolados na Câmara e no Senado com o objetivo de restringir mais ou dificultar o acesso ao aborto, mesmo quando ele já é previsto em lei — em caso de [estupro](#), feto anencéfalo e risco de vida para a [mulher](#). Além disso, 365 dias depois da segunda parte da audiência, ainda não há data para que o assunto volte à Corte.

Desses 19 PLs, 16 foram apresentados em 2019 e dois arquivados. Além dos novos, há outros 28, incluindo a PEC 29, conhecida como “PEC da Vida”, que foram desarquivados no início do ano.

Ao todo, são ao menos 45 projetos no Congresso que buscam restringir direta ou indiretamente o [aborto](#). O levantamento é da campanha “Nem presa nem morta”, formada por grupos, organizações e ativistas pelos direitos das mulheres.

A audiência pública de 2018 foi convocada pela ministra Rosa Weber para discutir a Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental nº 442 (ADPF), da qual ela é relatora, protocolada pelo PSOL e pela Anis — Instituto de Bioética em março de 2017.

Na ação, que pede a descriminalização do [aborto](#) até o terceiro mês de gestação, argumentam que os artigos 124 e 126 do Código Penal — que instituem a criminalização da interrupção voluntária da gestação — não estão de acordo com as garantias individuais previstas na Constituição.

Os autores da ação alegam também que certos direitos das mulheres previstos em lei são, hoje, violados diretamente pelo Código Penal, como direito à cidadania, à dignidade, à vida, à igualdade, à liberdade, à saúde e ao planejamento familiar.

Não há perspectiva de o STF julgar ainda este ano a ação. A ministra Rosa Weber sequer liberou o caso para análise do plenário. E, quando fizer isso, será necessário ainda que o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, marque uma data de julgamento. Ele já definiu a pauta da maioria das sessões do segundo semestre e a tendência é que não venha a incluir a questão do aborto.

Além da ação relatada por Rosa Weber, há outra com a ministra Cármen Lúcia, de alcance mais limitado: uma mulher pode abortar quando tiver zika, que provoca microcefalia. Em parecer apresentado em 2016, o então procurador-geral da República Rodrigo Janot opinou que, sim, por entender que obrigar a mulher a continuar com uma gestação nessa condição equivale a um ato de tortura.

Em setembro, Cármen Lúcia liberou o processo para julgamento no plenário. Poucos dias depois, assumiu a presidência, mas não chegou a marcar a data para analisar a ação. Em dezembro de 2018, Dias Toffoli, que sucedeu Cármen na presidência do STF, marcou o julgamento para 22 de maio de 2019. Mas, em 9 de maio, retirou a ação da pauta.

‘Retrocedemos’

Luciana Boiteux, advogada que assina a ação, pesquisadora, professora da UFRJ e atualmente suplente de deputada federal pelo PSOL-RJ, acredita que dificilmente o assunto voltará à pauta da Corte, por estarmos em um momento político “não só conservador, mas antifeminista”.

Por outro lado, ela acredita ser pouco provável que esses projetos de lei “andem”. Boiteux afirma que, em sua maioria, eles são “radicalizados e desonestos”.

— Não é um bom momento. Acho que retrocedemos de um ano para cá em termos de possibilidade de um debate honesto. Hoje, o que se tem é uma ameaça de retrocesso, mas é importante dizer que esses PLs já vinham antes, e essas ameaças vêm de muitos anos — pontua. — Precisamos de um debate franco, com pluralidade de vozes, como ocorreu na audiência, levando em conta a realidade das mulheres. Mas é um momento difícil, de radicalização e negação de direitos.

A advogada diz defender os resultados que mostram experiências da descriminalização em outros países, como a redução da [mortalidade materna](#). No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, o aborto é uma das principais causas desse tipo de óbito.

— Esse debate (sobre aborto) tem que ser feito com o caráter de direitos humanos, respeito, mas também como questão de saúde pública. E saúde pública se mede com evidência, dados de pesquisa. Defendemos a conscientização da sociedade sobre a importância do direito das mulheres ao aborto, chamando a atenção para as consequências nefastas da manutenção da criminalização — conclui.

Papel do STF é questionado

Presidente da bancada da bala, o deputado Capitão Augusto (PL-SP) é autor de quatro dos novos projetos de lei sobre o tema. Com eles, pede um endurecimento do Código Penal para

quem faz o procedimento — caso seja sem o consentimento da gestante, por exemplo, ele propõe de dez a 20 anos de reclusão.

— (Atualmente são) Penas muito brandas, no nosso entendimento, para quem comete ou induz o aborto . A ideia é justamente inibir a quantidade (de abortos) que é feita no Brasil — explica o parlamentar, que considera uma “aberração por parte do STF legislar em cima de um tema de uma área que não é deles”.

Vice-presidente da União dos Juristas Católicos de São Paulo, que participou da audiência pública do ano passado, Paulo Henrique Cremonesi também questiona o protagonismo do Supremo na discussão.

— Só quem pode decidir é o Poder Legislativo. Já houve uma decisão recente (a criminalização da homofobia) equivocada. Mesmo se fosse sobre um interesse meu, por exemplo uma situação de “crisofobia” (ataques a cristãos), eu contestaria. Do jeito que se deu, não há harmonia entre os três poderes. Por mais qualificados que sejam, 11 ministros não podem fazer o papel de 500 deputados nem de 180 milhões de brasileiros — afirma ele, que se situa contra a descriminalização do aborto (“como cristão, seria esquizofrênico defender a interrupção da vida”).

Para a antropóloga Sonia Corrêa, coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política, garantir direitos assegurados na Constituição, como de liberdade, é uma dívida histórica com as mulheres no país. E, por isso, retomar o debate em torno do aborto , reforçando argumentos trazidos na audiência, é essencial no contexto atual.

— Isso porque, entre outras razões, o que tem prevalecido nos debates públicos são as visões contrárias à premissa de que autonomia sexual e reprodutiva é um componente inegociável das democracias — diz. — Hoje, quando existe no Congresso uma proposta de emenda constitucional para garantir direito à vida desde a concepção, que restringe ainda mais o acesso ao aborto , é ainda mais importante resgatar esses argumentos como parâmetros de uma sociedade democrática.

‘Ganho consolidado’

Para a advogada Gabriela Rondon, do Instituto Anis, a audiência pública deixa um legado importante de qualificação do debate sobre **aborto** no país, o que, segundo ela, permanece como “um ganho consolidado”, trazendo para a sociedade opiniões diversas e com embasamento científico sobre o tema.

Mesmo sem previsão de quando o assunto volta ao supremo, ela acredita que não será esquecido.

— Houve uma vitória muito importante que precisa ser consolidada. Na ocasião (audiência pública), o debate foi pautado por evidências confiáveis de saúde pública e narrativas sobre como a lei impacta a vida das mulheres , com diferentes perspectivas, de forma interdisciplinar, com a participação da medicina, antropologia, do campo religioso — lembra Rondon.

Por Ana Paula Blower, André de Souza e Flavia Martin

[Buscas na internet tornam alvo mulher que pesquisa por aborto, por Giulliana Bianconi](#)

A HeartBeat International, organização antiaborto, vem usando programas desenvolvidos para coletar dados de mulheres que pesquisam na internet sobre clínicas de aborto

[\(Época, 04/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Enquanto você lê esta coluna, há pessoas no Brasil pesquisando na internet sobre como interromper uma gravidez. Isso não é palpite, é uma afirmação embasada na observação de dados disponíveis no site de tendências de busca do Google (Google Trends), onde é possível ver o interesse por um determinado tema nas buscas gerais feitas por usuários em diferentes períodos de tempo.

Ao digitar “aborto” e selecionar os filtros “Brasil” + “última hora”, surge um gráfico que confirma que houve interesse no assunto. Se você fizer o teste agora mesmo, a linha vai estar lá, oscilando, ora mais alta, ora mais baixa, mas informando que há pesquisas sobre aborto na última hora. A observação desses dados, quando feita para períodos mais longos, pode trazer evidências importantes sobre o que se busca sobre o tema “aborto”.

No dia 02 de agosto, ao selecionar “período de 30 dias”, as quatro consultas relacionadas a “aborto” em destaque eram: “aborto com cytotec”, “como fazer um aborto”, “formas de aborto”, “chá de aborto”. Já ao buscar o termo para o período de sete dias, o resultado dos termos relacionados indicava o que pode ser um tanto da angústia e do risco que mulheres vivem ao procurar formas de interromper uma gestação num país que criminaliza essa escolha: “aborto com cabide” era o primeiro termo em ascensão relacionado.

Todos os dias, no Brasil e mundo afora, mulheres de diferentes classes, raças, idades e religiões decidem sobre seguir ou interromper uma gravidez indesejada. Como mostrou a [Pesquisa Nacional do Aborto \(2016\)](#), interromper não é a escolha de poucas: 1 a cada 5 mulheres de até 40 anos já realizou aborto, e existe um perfil predominante, que são as mulheres de menor escolaridade, negras e indígenas.

Na busca por informações relevantes sobre o assunto, elas deixam rastros na internet. Se no site de tendências do Google os resultados das buscas feitas são anonimizados para o público geral, a depender do link que as mulheres cliquem enquanto estão pesquisando elas deixam ali dados de navegação e até mesmo dados pessoais que podem ser capturados. É o suficiente para que as organizações antiaborto passem a atuar, como revelou dias atrás uma [importante investigação da Privacy International](#), organização não-governamental que tem base em Londres.

A Privacy mostrou que a HeartBeat International, organização antiaborto com imenso poder de

lobby junto ao governo norte-americano, vem usando programas desenvolvidos para coletar dados de mulheres que pesquisam na internet sobre clínicas de aborto, rastreá-las e, na sequência, distribuir informações a uma rede de estabelecimentos que se fazem confundir com locais que realizam o procedimento clínico do aborto.

As mulheres são atraídas por anúncios ou mesmo por e-mails que chegam na sua caixa de entrada, com informações falsas relacionadas a esses estabelecimentos. Ao chegarem ao destino, encontram uma rede de disposta a dissuadi-las da decisão. Ao fazer uma pesquisa de centros referenciados pelo HeartBeat no Brasil, encontra-se 14 unidades do CAM (Centro de Referência e Atendimento à mulher) listadas, embora não apareçam como “filiações”. Em 2018, a repórter Andrea Dip revelou na reportagem publicada pela Agência Pública, “Armadilha para as mulheres”, a conexão do CAM com clínicas antiaborto.

Agora, a atuação do HeartBeat, com a lógica do uso do big data, traz um novo elemento sobre essa rede, a ser investigado. O contexto é problemático porque, primeiro, há questões de transparência e violação de privacidade a serem levadas em conta, assunto que no Brasil pode ser discutido à luz da [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais](#). Segundo, a articulação pode ser considerada um ataque mediado por algoritmos aos direitos reprodutivos das mulheres. É que a autonomia para decidir pelo procedimento do aborto sem colocar em risco a própria vida é diferente entre mulheres, independentemente de quem está em países com leis que proíbem ou não o aborto.

No contexto brasileiro, as mulheres são atravessadas por questões objetivas, como ter ou não dinheiro para arcar com medicações abortivas ou com procedimento em clínica particular - todas as clínicas atuam na clandestinidade, mas existem umas com mais estrutura - e por questões subjetivas, como opressões sofridas no ambiente familiar ou social quando a possibilidade é refutada veemente, por crenças religiosas, principalmente. Quando a mulher é atraída, com informações falsas, a um estabelecimento antiaborto devido o alcance de uma estratégia de marketing amparada na coleta de dados pessoais, é hora de conectar os debates sobre direitos digitais e direitos reprodutivos.

Por Giulliana Bianconi

[Aborto: série especial conta a história de cinco mulheres que interromperam a gestação 12 vezes](#)



Cinco irmãs. Negras. Mães. Empurradas à clandestinidade. Abortaram 12 vezes, sempre sem amparo legal e médico. Baianas, nascidas no interior, suas histórias se ambientam também em Salvador. Os cinco perfis revelam os caminhos dessas mulheres, com idades entre 35 e 44 anos, em algum tipo de relacionamento estável, que também foram ou são vítimas de violência física e psicológica, pelos parceiros e profissionais de saúde.

Esta série de reportagens publicadas no jornal [Correio](#) ouve pesquisadoras, especialistas e fontes oficiais para tentar entender: Por que essas mulheres tiveram tantas gestações indesejadas? O que haveria de errado em suas vidas reprodutivas? Onde o serviço de saúde teria errado para que isso acontecesse? Quais políticas públicas falharam? Sofreram violência? Tiveram dificuldade de negociar o método com o parceiro? Tiveram pleno acesso à informação e método adequado?

Num momento em que países alteram a sua política em favor dos direitos da mulher, o Brasil discute o assunto, mas pouco decide sobre o tema. Por isso, diante do risco de serem perseguidas e denunciadas, omitimos a cidade onde vivem e mudamos os nomes das personagens e daqueles ligados a elas. Aqui, seus nomes foram substituídos por cores além do vermelho, que tingiu seus corpos: Violeta, Anil, Preta, Oliva e Rosa.

A série foi uma das cinco selecionadas no edital “*Jornalismo Investigativo em Direitos Humanos, Aborto e Saúde Pública*”, do Instituto Patrícia Galvão, com apoio da Global Health Strategies e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). O instituto recebeu cerca de 200 propostas e cinco foram escolhidas. Foram quase 12 meses de trabalho, envolvendo pesquisa, entrevistas e desenvolvimento da narrativa.

Confira a série completa acessando [este link](#).

Textos: Edvan Lessa

Pauta: Edvan Lessa e Clarissa Viana

Edição de texto: Mariana Rios

Editor multimídia: Wladimir

Infográficos: Fernanda Nunes

Vídeo (edição, produção e direção): Edvan Lessa, Hugo Araújo

Áudios (edição): Lindaiara Conceição

Programação: Daniel Lyrio

Fotos: Hugo Araújo, Marcelo Nunes e Yuri Rosat

[Direitos das mulheres avançam na ONU e em instituições internacionais, por Giulliana Bianconi](#)

Mesmo diante de resistência do atual governo, articulação internacional consistente demonstra força em defesa da equidade de gênero e repercute no Brasil

[\(Época, 21/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

As votações do Brasil em Genebra, dias atrás, sobre temas relacionados aos direitos das mulheres, durante a 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, não trazem nada de novo sobre o governo Bolsonaro e a linha de atuação já fortemente publicizada pelo chanceler Ernesto Araújo e sua equipe. Aliás, já é hora de parar de se espantar a cada sinal dado de que as políticas de estado, incluindo as diretrizes da política externa liderada por Araújo, não rumam para a busca da equidade de gênero. Esse é um governo, afinal, “terrivelmente cristão”, e não é possível falar sobre equidade de gênero partindo prioritariamente de qualquer religião.

Ou os ministros e gestores públicos optam por abraçar as evidências, os dados, as análises técnicas e a realidade de constantes violações de direitos das mulheres e da população LGBT+, ou tudo o que se pode esperar dos ministérios ideológicos e seus órgãos relacionados são votos conservadores em reuniões internacionais, políticas públicas que desconsideram todo o repertório sobre equidade de gênero acumulado por organismos como a ONU e discursos que eventualmente vão virar memes na internet (“menino veste azul e menina veste rosa”).

Isso não quer dizer, entretanto, que os direitos das mulheres estão na berlinda nas Organizações das Nações Unidas, nem muito menos que o trabalho por equidade feito no Brasil por organismos como a ONU Mulheres esteja enfraquecido. Para além dos votos que a embaixadora do Brasil na ONU, Maria Nazareth Farani Azevedo — a representante do país em todas as votações em Genebra —, deferiu na semana passada na reunião do Conselho de Direitos Humanos para as pautas relacionadas à violência e discriminação contra mulheres e meninas e o casamento prematuro e forçado de crianças, há uma articulação internacional consistente, global e regional, cuja força é inegável e repercute no Brasil. Ao votar, por exemplo, a favor de emenda apresentada por Egito e Iraque que pedia a retirada do termo

“direito à saúde sexual e reprodutiva” do texto que tratava sobre casamento prematuro, Maria Nazareth apenas reafirma a postura ultraconservadora do governo sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, mas não muda o curso do rio. Afinal, a emenda não avançou e o termo pode ser encontrado na [terceira página da Resolução sobre a questão](#), documento oficial da ONU que serve como orientação aos países para lidar com o tema.

Como as mulheres vêm lutando com êxito há décadas na ONU, esse foi o desfecho, inclusive, de todos os votos conservadores do Brasil relacionados aos direitos das mulheres na ocasião: não representaram o que passaram a ser, ao final do encontro que envolveu os 47 países membros do Conselho de Direito Humanos, as três principais resoluções para os direitos das mulheres. Organizações da sociedade civil e especialistas de diversos países pró-direitos que acompanham todo o processo de votação e construção dos documentos consideram as medidas positivas por reafirmarem compromissos que dialogam com a busca pela equidade.

É preciso observar que apesar ter havido alinhamento do Brasil aos países que propuseram emendas para a retirada do termo gênero, direitos reprodutivos, entre outros, ainda não há uma radicalização do país no sentido de votar ou se abster de qualquer proposta que contemple o termo gênero. A embaixadora brasileira apertou “sim” na votação pela manutenção de um especialista em proteção contra a violência e a discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero, enquanto países como Afeganistão, China, Egito e Paquistão votaram pelo “não”.

Sob os holofotes pela votação que vai contra a tradição do Brasil nos temas e gênero na ONU está Maria Nazareth Farani Azevedo, diplomata de carreira com mais de 30 anos de atuação, embaixadora também nos governos Lula e Dilma e sem qualquer atuação pública expressiva no campo dos direitos das mulheres. No atual governo, tem atuado sem criticar até o momento posições do presidente ou do chanceler, e até já saiu em defesa de Jair Bolsonaro em março, em Genebra, quando rebateu críticas feitas ao presidente pelo ex-deputado Jean Wyllys. Ela afirmou que o presidente não era fascista, nem racista e que seu governo não é uma organização criminoso.

A embaixadora pode seguir protagonizando votações que contrastam com avanços e com o trabalho por manutenção de direitos das mulheres liderado por grupos políticos e organizações da sociedade civil caso o Brasil seja reeleito para Conselho de Direitos Humanos da ONU, em outubro. O documento em que o país pleiteia novamente a vaga (para o triênio 2020-2022) já foi enviado ao órgão e exclui o termo “gênero” enquanto inclui “promoção da família”. A palavra gênero é contemplada de forma estratégica pelas mulheres na ONU desde 1995, ano da IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, evento-marco para o movimento das mulheres no mundo e na América Latina. Foi lá que a “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim” foi lançada, estabelecendo objetivos no enfrentamento às desigualdades de gênero. As relações de poder entre homens e mulheres foram problematizadas levando em conta os papéis atribuídos às mulheres e aos homens, avançando no sentido de superar o debate antes tão pautado na diferenciação biológica.

No Brasil, a ONU Mulheres segue com uma agenda ampla e intensa, atuando em território nacional por meio de parcerias com governos locais, estaduais, com projetos que versam sobre representatividade feminina na política, sobre enfrentamento à violência contra as mulheres, sobre promoção de lideranças e equidade no mercado de trabalho. Em Brasília, promove periodicamente fórum de mulheres que estão em cargos da política, seja no Executivo ou no Legislativo, e dialoga intensamente com o judiciário para contribuir com o amadurecimento no

trato às questões de gênero na política. Liderada até o início do ano pela mexicana Nadine Gasman, que manteve por anos no centro do trabalho da sua equipe a pauta da promoção de lideranças políticas femininas, a ONU Mulheres no momento seleciona a nova representante para o país, levando em consideração a necessidade de manter algum diálogo com o governo que publiciza nacional e internacionalmente a intenção de retrocesso nos direitos.

Giulliana Bianconi é jornalista, diretora da Gênero e Número, organização de mídia que atua na intersecção entre pesquisa, jornalismo de dados e debate sobre gênero e direitos das mulheres.

Fundo de População da ONU lamenta decisão dos EUA de cortar recursos de seu orçamento

O Fundo de População das Nações Unidas ([UNFPA](#)) lamentou a decisão do governo dos EUA de cortar recursos para a agência pelo terceiro ano consecutivo. Segundo informações da imprensa, o país norte-americano vai cancelar uma doação de 32,5 milhões de dólares em financiamento — o que, segundo o UNFPA, deve fragilizar a assistência de saúde oferecida a milhões de mulheres e meninas no mundo.

[\(ONU, 17/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

De acordo com a imprensa, o motivo por trás do corte seria a alegação de que o UNFPA apoiaria ou participaria de um programa de aborto forçado ou esterilização involuntária na China.

Ainda segundo a mídia, a decisão dos EUA vai negar financiamento às operações de emergência do UNFPA em contextos humanitários.

“O UNFPA ainda não viu a evidência que justifique as sérias alegações feitas contra o seu trabalho. O UNFPA não realiza, promove ou financia o aborto, e damos a mais alta prioridade ao acesso universal ao planejamento familiar voluntário, que ajuda a impedir que abortos ocorram”, afirmou em nota a agência das Nações Unidas.

“O UNFPA não promove mudanças no status legal do aborto”, acrescentou o pronunciamento do organismo internacional.

O Fundo de População disse ainda que “se opõe a práticas coercitivas, como esterilização forçada e abortos forçados”. No passado, a agência se manifestou contra casos desses abusos de direitos humanos.

Observando “com pesar” o que descreveu como a “determinação dos Estados Unidos da América em reter fundos da agência”, o UNFPA lamenta que representantes do país não tenham visitado o escritório da agência da ONU na China, antes de optar pelo corte de

recursos.

“Em 2015, o atual programa de país (a estratégia nacional) do UNFPA na China foi aprovada pelo Conselho Executivo do UNFPA, do qual os EUA são membro. Os Estados Unidos nunca indicaram o que mudou, se é que algo mudou, no trabalho do UNFPA na China para repentinamente acionar uma determinação negativa sob a Emenda de Kemp-Kasten”, avalia a agência.

A Emenda de Kemp-Kasten nega financiamento federal a organizações ou programas que, conforme determinado pela Presidência dos Estados Unidos, apoiam ou participam de programas de aborto forçado ou esterilização involuntária.

A agência esclarece que o seu trabalho na China apoia o desenvolvimento de políticas tendo em vista quatro temas específicos — saúde sexual e reprodutiva; adolescentes e juventude; igualdade de gênero e empoderamento feminino; e dinâmica populacional. O escritório do UNFPA no país asiático não oferece nem financia quaisquer serviços.

“O UNFPA permanece empenhado em manter um diálogo aberto com o governo dos EUA. O UNFPA reitera o seu convite aos Estados Unidos para visitar o seu escritório na China. O UNFPA teve o prazer de receber delegações sob várias administrações dos EUA, e nenhuma achou que o UNFPA estava violando a Emenda de Kemp-Kasten”, afirma o organismo internacional.

Segundo a agência da ONU, a “decisão infeliz” do governo norte-americano vai impedir a realização do trabalho crucial do UNFPA — de proteção da saúde e das vidas de centenas de milhões de mulheres e meninas em todo o planeta, incluindo em contextos humanitários. “Portanto, o UNFPA espera que os Estados Unidos vão reconsiderar a sua posição”, aponta o comunicado.

[Aborto: 60% dos americanos querem a legalização da interrupção da gravidez](#)

O número de americanos favoráveis à [legalização do aborto](#) na maioria dos casos é o maior nas últimas duas décadas. Segundo uma pesquisa realizada pelo Washington Post e pela ABC News, 60% dos cidadãos querem que a interrupção da gravidez seja legal.

[\(Universa, 14/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Em 2013, último ano em que uma pesquisa [sobre aborto](#) foi realizada nos Estados Unidos, apenas 55% da população era favorável ao aborto legal. A pesquisa mostra, ainda, que 36% da população é contra a [descriminalização da interrupção da gravidez](#) em todos ou na maioria dos casos. O dado também é o mais baixo das últimas duas décadas.

O aumento no apoio ao aborto legal aconteceu, segundo a pesquisa, devido às [mulheres eleitoras independentes](#) (foi um aumento de 16 pontos percentuais. Hoje, essas mulheres que

querem o aborto legal somam 71%). Entre os democratas, o número também cresceu exponencialmente: 12 pontos percentuais. Hoje, 77% deles apoiam a descriminalização.

Uma pluralidade de 41% de americanos quer que seus próprios estados não interfiram no acesso ao aborto. Menos (32%) dizem que seus estados deveriam facilitar e, menos ainda (24%) afirmam que seus estados deveriam dificultar o acesso das mulheres ao aborto.

Muitos estados aprovaram recentemente leis [para limitar o aborto](#), e alguns, como a Geórgia, tentaram bani-lo efetivamente. Muitas dessas restrições estão sendo contestadas e podem eventualmente acabar na Suprema Corte.

Mesmo nas fileiras partidárias, permitir ou proibir o aborto em todos os casos é uma posição minoritária. Entre os democratas, 77% dizem que o aborto deve ser pelo menos legal, mas pouco mais de 4 entre 10 (42%) dizem que deve ser legal em todos os casos. Entre os republicanos, 52% dizem que deveria ser pelo menos em grande parte ilegal, mas menos de um quarto, 22%, [quer que seja ilegal em todos os casos](#).

Examinando as médias anuais nas [opiniões sobre o aborto](#) nas pesquisas Post-ABC e Pew Research Centre, desde meados da década de 1990, o apoio ao aborto legal só foi tão alto como hoje em 1995, antes de o país ter vivido uma diminuição na taxa de abortos.

A oposição ao [aborto](#) foi maior em 2010, quando 45% dos americanos disseram que deveria ser ilegal na maioria dos casos e 52% disseram que deveria ser legal.